



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Setor de Clubes Esportivos Sul - Lote 09 - Trecho III - Polo 8 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-003 - Brasília - DF - www.cjf.jus.br

PLANO

PLANODE CURSO

<p>Programa de Formação: Formação Continuada</p> <p>Nome do curso: Básico Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021)</p>
<p>Informações gerais</p> <ol style="list-style-type: none">Natureza do curso: Formação continuadaEscola: Centro de Estudos JudiciáriosDiretor (a): Ministro Jorge Mussi Por delegação de competência - Portaria N. 447-CJF, de 28 de setembro de 2020 – Assina o Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal – João Batista LazzariPeríodo de realização: 16 a 22 de novembro de 2021 (aulas síncronas (ao vivo) – conforme cronograma item Proposta Metodológica)Modalidade: EaD - remotoCarga horária: 14 (quatorze) horas-aulaNúmero de vagas: 60 (sessenta)Número de turmas: 1 (uma)Instrutor(a): Luana Carvalho de AlmeidaPúblico-alvo: Servidores da Justiça Federal, que atuam no macroprocesso de contratações públicas.Local de realização: Videoconferência (ferramenta de <i>Zoom</i>), do Conselho da Justiça FederalContatos: ead@cjf.jus.br / 61 3022-7256 / 7233
<p>Apresentação: Trata-se do planejamento relativo ao curso Básico Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021). A ação educacional será realizada na modalidade Ensino Remoto (aulas síncronas) no intuito de aprimorar o conhecimento técnico, jurídico e de gestão atinente aos institutos criados, atualizados e alterados pela Nova Lei de Licitações, a fim de auxiliar na elaboração de artefatos, documentos, informações, análise de riscos e demais atividades que envolvem as contratações públicas, subsidiando a tomada de decisões das autoridades administrativas em casos concretos, a partir da nova base normativa, doutrina e jurisprudência atualizada do tema</p> <p>A proposta metodológica está focada na integração e colaboração entre os participantes, com a finalidade de oferecer aos servidores federais o aprimoramento na realização do estudo a respeito da inovação legislativa.</p>
<p>Ementa: Reforma da Previdência. Novo panorama do regime geral da Previdência Social e do regime próprio dos servidores públicos. Premissas e sustentabilidade dos regimes. Segurança jurídica. Desconstitucionalização e regras de transição. Constitucionalização de regras e novos paradigmas. Aspectos tributários da reforma da previdência. Novas alíquotas das contribuições previdenciárias e contribuições extraordinárias. Possíveis impactos no Poder Judiciário.</p>
<p>Objetivo geral: Aprimorar o conhecimento técnico, jurídico e de gestão atinente aos institutos criados, atualizados e alterados pela Nova Lei de Licitações, a fim de auxiliar na elaboração de artefatos, documentos, informações, análise de riscos e demais atividades que envolvem as contratações públicas, subsidiando a tomada de decisões das autoridades administrativas em casos concretos, a partir da nova base normativa, doutrina e jurisprudência atualizada do tema.</p>

Proposta metodológica:

1 . **Ambientação:** Promover, desde o início da ação educacional, o engajamento dos cursistas, assim como a curiosidade pela aplicação da Nova Lei. Pretende-se, a partir da ambientação, formar uma rede de aprendizagem colaborativa. As atividades se vincularão ao processo de formação do perfil, apresentação aos demais colegas e compartilhamento de experiências entre os servidores.

2 . **Organização do conteúdo:** A ação será planejada de forma a ser realizada em 4 encontros. Os encontros serão organizados com base na cadeia evolução de aprendizado, desde as bases/políticas estruturantes, até casos práticos, totalizando 14 horas/aula.

3 **Mídias utilizadas:** As mídias empregadas para a disponibilização dos conteúdos durante as aulas síncronas (ao vivo) poderão ser em slides, imagens, gráficos etc. com envio prévio ou posterior de textos de aprofundamento aos participantes.

4 . **Formas de interação:** A interação será motivada pelo diálogo e pela troca de experiências e ocorrerá de forma síncrona, durante as aulas.

Unidade/módulo	Objetivo (s) específico (s)	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária
Ambientação 16/11/2021	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a proposta de trabalho constante no Guia do Estudante; - Interagir com os colegas por meio da formação de uma rede colaborativa de aprendizagem; - Relatar expectativas em relação ao curso. - Conhecer as diversas áreas de atuação dos alunos, com vistas à direcionar os conceitos e linguagens próprias de cada unidade envolvida no macroprocesso de contratação. 	Conhecendo o curso –Objetivos do curso	<ul style="list-style-type: none"> - Os alunos serão estimulados a se apresentarem de forma individual e expor suas expectativas em relação ao curso., bem como indicando sua área de atuação dentro do macroprocesso de contratações públicas. - Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom. Dia:16/11/21 Horário: 9h às 9h30 	2 horas-aula e 30 minutos
Unidade I – Aspectos e requisitos de Governança da Nova Lei de Licitações 16/11/2021	<ul style="list-style-type: none"> - Formular uma visão estratégica (sistêmica) e de Governança sobre a Nova Lei de Licitações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Da implantação da Governança no Poder Judiciários pela Resolução CNJ n. 347/2021 e para todos os órgãos da Administração Pública pela Lei n. 14.133/2021 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição das diretrizes da Lei n. 14.133/2021, do CNJ (Resolução n. 347/2020 e do CJF, traduzindo os conceitos em níveis operacionais, táticos e estratégicos da contratação. - Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom. Dia: 16/11/21 Horário: 9h30 às 11h30 	

<p>Unidade II – Da estrutura da nova Lei de Licitações e o comparativo com a Lein. 8.666/93</p> <p>17/11/2021</p>	<p>Identificar os requisitos legais e/ou normativos internos e externos que já foram atualizados para receber a Nova Lei de Licitações, em especial sobre a PNCP, apesquisa de mercado e cotação/dispensa eletrônica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A estrutura da Nova Lei de Licitações, com as inovações e as reformulações de conceitos, princípios e fundamentos, em comparativo com as Leis n. 8.666/93. Lei n. 10.520/02 e RDC. - Dos novos normativos publicados para receber a NLL e do Portal Nacional de Compras Públicas. 	<p>- Exposição dos novos princípios, conceitos, inovações de ordem teórica e prática, sempre de forma comparativa, para melhor compreensão da transição normativa.</p> <p>- Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom.</p> <p>Dia:17/11/21 Horário: 9h às 11h30</p>	<p>2 horas-aula e 30 minutos</p>
<p>Unidade III – Estudo do título I, do capítulo VIII do título II e do título V da Lei n.14.133/2021</p> <p>18/11/2021</p>	<p>- Descrever a nova Lei de Licitações quanto às definições, as características dos agentes públicos envolvidos no processo, conhecer o PNCP e os procedimentos que dispensam e/ou inexistem as licitações públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar disposições preliminares; - Dos princípios; - Das definições; - Dos agentes públicos; - Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - Das contratações Diretas - Das dispensas e das Inexistências - Do SRP 	<p>- Avaliando o texto da Lei, trazendo jurisprudência e doutrina sobre o tema.</p> <p>- Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom.</p> <p>Dia:18/11/21 Horário: 9h às 11h30</p>	<p>2 horas-aula e 30 minutos</p>

<p>Unidade IV – Estudo dos demais capítulos do título II da Lei n. 14.133/2021</p> <p>19/11/2021</p>	<p>- Distinguir os novos procedimentos, fases, modalidades, critérios de julgamento das Licitações, bem como conhecer as diretrizes para as compras, serviços gerais e de engenharia, avaliando, ainda, as hipóteses para licitações internacionais e a fase externa da licitação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Das licitações; - Do procedimento licitatório; - Da fase preparatória; - Das modalidades de licitação; - Dos critérios de julgamento; - Das compras; - Das obras- novos procedimentos, fases, modalidades, critérios de julgamento das Licitações, bem como conhecer as diretrizes para as compras, serviços gerais e de engenharia, avaliando, ainda, as hipóteses para licitações internacionais e a fase externa da licitação. e serviços de engenharia - Dos serviços gerais; - Das licitações internacionais; - Da divulgação do Edital e seus reflexos. 	<p>- Avaliando o texto da Lei, trazendo jurisprudência e doutrina sobre o tema.</p> <p>- Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom.</p> <p>Dia: 19/11/21 Horário: 9h às 12h</p>	<p>3 horas-aula</p>
<p>Unidade V – Estudo do título III da Lei n. 14.133/2021</p> <p>22/11/2021</p>	<p>- Descrever todo o novo capítulo que envolve os contratos administrativos e as sanções administrativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Das hipóteses de extinção dos contratos; - Da nulidade dos contratos; - Das sanções administrativas; 	<p>- Avaliando o texto da Lei, trazendo jurisprudência e doutrina sobre o tema</p> <p>- Aula síncrona (ao vivo) por meio da plataforma Zoom.</p> <p>Dia: 22/11/21 Horário: 9h às 12h30</p>	<p>3 horas-aula e 30 minutos</p>
<p>Carga horária total do curso</p>				<p>14 horas-aula</p>

Atuação e responsabilidades:

Instrutor(a):

- Elaborar plano decurso de acordo com a orientação da equipe técnica do CEJ e entregá-lo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do início do curso;
- Desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos, cumprindo o cronograma estabelecido;
- Complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno, se for o caso;
- Planejar atividades de aplicação do conteúdo;
- Acompanhar, orientar e estimular o aprendizado do aluno, garantindo a qualidade do processo de apropriação do conhecimento, a fim de que o aluno alcance o aprendizado proposto;
- Administrar, em sala, problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento da ação educacional, comunicando as ocorrências ao coordenador ou servidor indicado pelo CEJ, caso necessário;
- Promover a interação entre os alunos, despertando postura participativa e colaborativa;
- Proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;
- Enviar à Secretaria do Centro de Estudos Judiciários a lista de aprovados
- Informar eventual necessidade de atualização do material, detectada durante a realização da ação educacional;
- Contribuir, quando solicitado, na elaboração de instrumento de avaliação de reação do curso;
- Participar do processo de avaliação do curso, apresentando o formulário preenchido após o encerramento da ação educativa;
- Apresentar currículo atualizado e a documentação exigida pelos normativos aplicáveis.

Aluno:

- Acessar o curso regularmente;
- Observar os avisos enviados pela coordenação e pela instrutora;
- Atentar para os critérios de avaliação adotados;
- Participar ativamente dos debates;
- Cumprir as atividades dentro do prazo estabelecido;
- Responder a avaliação de reação.

Sistema de avaliação:

Aprendizagem:

Frequência às aulas síncronas, sendo observados os seguintes critérios:

- (a) demonstração de compreensão dos conteúdos e contribuição para aprofundar os debates mediante novos argumentos;
- (b) capacidade de articulação e diálogo sobre os temas, trazendo a conhecimento doutrina e jurisprudência;
- (c) coerência e objetividade das considerações;
- (d) capacidade de análise e síntese de ideias apresentadas;
- (e) polidez, cortesia e respeito às opiniões apresentadas.

Critério de certificação: Será certificado o educando que obtiver o **aproveitamento mínimo de 70%** nas atividades do curso. O certificado será disponibilizado após o preenchimento da avaliação de reação da ação educacional.

Docente/instrutora:

Luana Carvalho de Almeida - Graduada em Direito, possui pós-Graduação: em Direito Público-Tributário e MBA: Gestão Pública. É professora Universitária (Direito Penal, Comercial, Civil e Tributário e Administrativo), Servidora Pública, lotada no Conselho da Justiça Federal, atuando como Subsecretária de Compras Licitações e Contratos; já atuou como Assessora Jurídica, Assessora Socioambiental, Assessora Técnica da Secretaria de Administração, Auditoria Interna na área de Licitações e Contratos. É Consultora técnica em licitações, contratos e conta-depósito vinculada, Auditora Bancária (banco HSBC Bank Brasil S.A por 08 anos); e autora de artigos, notas técnicas, minutas de normativos, em especial a IN 01/2016 CJF. Fez parte do Comitê Técnico de Controle Interno do Judiciário.

Bibliografia

LEI nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Assinatura:

Luana Carvalho de Almeida
Instrutora



Autenticado eletronicamente por **Luana Carvalho de Almeida**, Subsecretário(a) - Subsecretaria de **Compras, Licitações, Contratos e Patrimônio**, em 15/10/2021, às 12:46, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0271577** e o código CRC **6C707A50**.